

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Centro Nacional de Pesquisa de Caprinos
Ministério da Agricultura e do Abastecimento
Fazenda Três Lagoas, Estrada Sobral/Groalras, Km 04, CP D-10, CEP 62011-970 Sobral-CE
Fones (088) 612.1032 / 612.1077 Fax (088) 612.1132
E-Mail: postmaster@cnpc.embrapa.br

COMUNICADO TÉCNICO

Nº 43, setembro/98, p.1-4

PODODERMATITES EM CAPRINOS E OVINOS: PREVENÇÃO E CONTROLE

Elizabete Rodrigues da Silva¹

Introdução

Pododermatite é um termo genérico que indica o processo inflamatório que acomete as porções distais dos membros dos animais, sendo várias as causas predisponentes e determinantes, destacando-se as condições ambientais e de manejo, além do sinergismo entre algumas espécies de bactérias.

Em geral, a maioria das doenças dos cascos dos pequenos ruminantes não é grave e responde rapidamente aos tratamentos, principalmente quando ministrados no estágio inicial da doença. Por outro lado, quando não tratados ou tratados inadequadamente, observa-se a cronicidade das lesões devido a dificuldade de locomoção dos animais, o que interfere na vida produtiva e reprodutiva do rebanho. Reprodutores com lesões nos cascos podem ser a causa de infertilidade temporária do rebanho, enquanto que fêmeas no final da prenhez podem desenvolver doenças metabólicas devido à redução, ou mesmo interrupção do consumo de alimentos.

Dentre as várias enfermidades que acometem os cascos de caprinos e ovinos, a podridão ou pododermatite contagiosa é a mais importante, sendo considerada, em vários países, como doença causadora de grandes prejuízos econômicos, principalmente em rebanhos comerciais de ovinos, os quais apresentam a afecção com maior frequência. O Fusobacterium necrophorum e o Dichelobacter nodosus, são as bactérias responsáveis pelo aparecimento da doença. Entretanto, a umidade e a temperatura excessivas são necessárias para que a enfermidade tenha início e, desta forma, pastos encharcados, instalações úmidas e áreas superlotadas são fatores que predispõem o aparecimento da doença em um rebanho. O crescimento exagerado dos cascos também predispõe ao aparecimento desta afecção, devido ao acúmulo de sujidades e umidade, que favorecem o estabelecimento dos agentes etiológicos. A doença é introduzida em um rebanho através de animal portador do Dichelobacter nodosus, seja do mesmo rebanho ou proveniente de rebanho problema. Fômites, tais como sapatos e veículos, cascos de outras espécies animais e material infectado de lesões, também podem

¹ Méd. Vet., M. Sc., EMBRAPA Caprinos

CT/43, CNPC, setembro/98, p. 2

transmitir o agente infeccioso.

Os pequenos ruminantes, podem ainda apresentar outros tipos de pododermatites, com graus variados de severidade, destacando-se a pododermatite traumática causada pela penetração de corpo estranho na sola do casco. A doença da linha branca e a pododermatite asséptica difusa ou laminite também são importantes, embora ocorram com menor frequência.

Sinais clínicos

A manqueira de um ou mais membros é o sinal característico de lesão no sistema locomotor, sendo a claudicação de apoio, isto é, a impossibilidade de firmar o membro no chão, indicativa de alteração específica nos cascos. Em alguns casos, conforme a gravidade das lesões, o animal poderá não se manter em pé, permanecendo deitado a maior parte do tempo.

Nos casos de pododermatite contagiosa observam-se, no espaço entre os cascos, aumento da temperatura local, edema (inchaço) e rubor.(vermelhão). Quando não tratadas estas lesões podem evoluir, levando à formação de material purulento e fétido e, não muito raro, ao deslocamento dos cascos (forma severa). O aumento da temperatura corporal também poderá ser observado.

Nos casos de penetração de um corpo estranho na sola do casco observa-se uma área avermelhada, bastante dolorida à palpação. Material purulento poderá ser evidenciado quando o corpo estranho for retirado, ou dias após, caso a ferida não tenha sido tratada adequadamente.

A laminite é caracterizada por severa claudicação de apoio, geralmente em dois ou mais membros, relutância em se mover, depressão e anorexia.

Qualquer que seja a causa da claudicação, geralmente ocorre a diminuição do consumo de alimentos e, em conseqüência, perda de peso, especialmente em sistemas extensivos de exploração.

Diagnóstico e tratamento

Proceder rigoroso exame clínico nos animais que apresentarem claudicação, objetivando-se diagnosticar doença primária ou secundária do sistema locomotor, embora as primárias sejam as mais freqüentes nos pequenos ruminantes. Em caso de doença primária, o clínico não poderá deixar de investigar todas as possíveis características que podem contribuir para o problema em questão, como tipos de exploração e instalação, piso, densidade nas baias e nos pastos, umidade, limpeza das instalações e alimentação.

Ao exame clínico a higienização dos cascos afetados é de fundamental importância, devendo ser realizada com água e sabão para que as alterações sejam melhor evidenciadas. Utilizando tesouras apropriadas ou rineta/canivete afiados, fazer correção dos cascos, cortando o excesso de tecido córneo, se necessário, tendo o cuidado para não provocar ferimentos nem cortar excessivamente a superfície da sola. O casco é então pressionado para se determinar, com maior precisão, o local exato da lesão.

Todo material necrótico e purulento, assim como corpos estranhos, devem ser removidos, higienizando-se diariamente a ferida com água e sabão. Em seguida, mergulhar os cascos em solução desinfetante ou aplicar pomada antibiótica no local. A proteção das lesões com bandagem talvez seja necessária, devendo-se trocar a cada dois a três dias. Em alguns casos a

CT/43 CNPC, setembro/98, p. 3

administração de antibióticos, por via sistêmica, poderá ser feita, utilizando penicilina/estreptomicina ou oxitetraciclina. Quando houver um grande número de animais a tratar, as soluções antissépticas devem ser colocadas em pedilúvios, para uma maior praticidade de manejo.

Os animais afetados deverão ser isolados em local seco e arejado. Retirar os animais doentes do ambiente úmido é essencial para a recuperação dos mesmos.

Os casos de laminite devem ser tratados sintomaticamente, reduzindose o processo inflamatório e eliminando-se os fatores determinantes.

Medidas de controle e prevenção

Em rebanhos onde as pododermatites ocorrem com frequência e em rebanhos nos quais a doença não foi introduzida, medidas que minimizem e/ou evitem o seu aparecimento deverão ser adotadas. As medidas abaixo são recomendáveis:

- Evitar o acesso e permanência dos animais em pastos encharcados e em pisos excessivamente úmidos e escorregadios;
- Fazer o casqueamento dos animais, duas vezes por ano, no início e final da época seca, passando-os, em seguida, pelo pedilúvio. Animais estabulados devem ter os cascos devidamente corrigidos sempre que for necessário;
- Animais que apresentem afecções crônicas nos cascos devem ser descartados:
- Evitar comprar animais com lesões nos cascos ou provenientes de rebanhos com história de pododermatites;
- Isolar, por duas semanas, em local seco e limpo, todos os animais recém-adquiridos, submetendo-os ao pedilúvio a cada cinco dias. Após este período, reexaminá-los e, caso seja detectado algum tipo de lesão nos cascos, fazer novo tratamento no pedilúvio ou com o uso de antibioticoterapia;
- Construção e uso de pedilúvio, que pode ser feito na entrada/saída do capril ou ovil, o qual deverá ser abastecido com soluções desinfetantes. As medidas para o pedilúvio podem ser as seguintes:
- Largura correspondente à da entrada/saída da instalação;
- Comprimento de dois metros;
- Profundidade de dez centímetros;
- Proteção lateral com ripas ou estacotes de 1,2 a 1,4 metro.

As soluções que podem ser utilizadas na desinfecção dos cascos são as seguintes:

- Formaldeído a 2-5%:
- Sulfato de cobre a 10%;
- · Sulfato de zinco a 10%;

CT/43 CNPC, agosto/98, p. 4

- Amônia quartenária a 1:1000 e
- · Cal virgem.

Destes produtos, o formol é o de menor custo, entretanto, poderá causar reações alérgicas e dermatite no homem, devendo ser manuseado com cuidado. O sulfato de zinco é o mais eficiente, sendo por isto o mais recomendado. Além disso, não exala vapores tóxicos, não mancha e não irrita a pele dos animais. Todas as soluções devem ser preparadas no momento do uso.

Se a solução de escolha for o formol, o intervalo entre as imersões deve ser de sete a dez dias, respeitando a concentração máxima de 5%. Concentrações maiores e exposições em menor intervalo, poderão causar irritação do tecido interdigital, hiperqueratinização e, às vezes, a morte do animal. Os cascos devem permanecer imersos na solução por, no máximo, uma hora. Para as demais soluções, o intervalo entre as imersões deve ser de três a cinco dias; a cal virgem pode ser usada diariamente.

A passagem pelo pedilúvio deverá ter início antes do período crítico (período chuvoso), para evitar o amolecimento excessivo e o desgaste da sola dos cascos, que favorecem o aparecimento dos diferentes tipos de pododermatite.

- Utilizar vacina em rebanhos onde a pododermatite contagiosa tenha sido diagnosticada, através de métodos clínicos e laboratoriais. Devido, entretanto, aos vários sorotipos do Dichelobacter nodosus, a vacina poderá não conferir imunidade absoluta. Assim, mesmo vacinados, os animais poderão apresentar a doença. No entanto, a evolução da pododermatite contagiosa será curta, afetará poucos animais e as lesões serão menos severas. A vacinação deve ser realizada antes da época chuvosa.
- Manter os animais sob uma dieta alimentar rica, quantitativa e qualitativamente, fornecendo sal mineralizado adicionado à ração e/ou à vontade, no cocho.